

**CARTA ANUAL DE
POLÍTICAS PÚBLICAS
E GOVERNANÇA
CORPORATIVA
2021**

ANO BASE 2020



Mensagem do Conselho de Administração

O Banco do Estado do Pará S/A tem como estratégia o Plano de Expansão da Rede de Atendimento Bancário em todo o Estado do Pará e Concessão de Crédito para a Produção. Hoje conta com 133 agências de atendimento e está presente em 116 municípios paraenses dos 144 existentes. Com uma base de aproximadamente 500 mil clientes ativos entre correntistas e poupadores de todas as faixas de renda, o Banpará cumpre o papel de ser mais que um Banco. Atua como agente financeiro regional autossustentável, exercendo a função de desenvolvedor social e econômico do Estado, com o objetivo de atender as necessidades econômicas da população paraense, levando adiante o conceito e a importância da bancarização.

Em 2021, o Banpará continuará com o objetivo de se reinventar e diversificar seu leque de produtos e serviços. Assim, reforçando o compromisso com o Estado do Pará, intensificando a geração de valor para o nosso acionista, atendimento às políticas públicas e o reconhecimento como Banco Regional que gera os melhores resultados econômicos e sociais. A Companhia está pautada nos seguintes valores: o lucro como medida de desempenho; a inovação com foco em resultados; a transparência; a meritocracia; a responsabilidade socioambiental e o compromisso com o cliente.

Ao final de 2020, o Banpará registrou o Patrimônio Líquido de R\$ 1.484.578.532,76, um aumento de 8,7% quando comparado ao ano anterior, com rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido (ROE) de 16,73%, evidenciando o fortalecimento da Instituição como agente financeiro do Estado do Pará e promotor do seu desenvolvimento. Sob o aspecto do Lucro líquido, o Banpará alcançou R\$ 241.199.221,59, uma redução de 25,6% em relação ao ano anterior, as principais razões dessa redução são: a queda das taxas de juros em razão do atual contexto mais competitivo e dinâmico do mercado, aumento das despesas com provisão em função da reavaliação do *rating* dos clientes, assim como as questões conjunturais provocadas pela pandemia de Covid-19.

As notas atribuídas ao Banpará pelas agências de classificação de risco (Agências de *Rating*) refletem o desempenho operacional e a qualidade da Administração da Companhia. Em novembro de 2020, a agência de *rating Standard & Poor's* manteve o *rating* do Banpará e, em dezembro de 2020, a Moody's reavaliou a nota do Banpará em relação ao *rating* de depósito em moeda estrangeira, elevando de Ba3 para Ba2, na sequência do aumento do teto em moeda estrangeira para o Brasil (BA2 estável) para Baa2.

Nossas conquistas indicam que o Banpará está no caminho certo, cumprindo a nossa missão de gerar valor para o Estado do Pará como um Banco autossustentável que atua no desenvolvimento econômico e social do Estado, levando atendimento digno e ajudando a alavancar desde o pequeno negócio até o grande empreendimento. Destacando que em 2020 foi iniciado o projeto de tornar o Banpará o principal agente financeiro do ecossistema de inovação da Amazônia.



O Banpará prezando pelos mais altos padrões de comportamento ético nas relações com o público que interage, reforça por meio do seu Código de Ética e Conduta Institucional o compromisso da Instituição e de todos os seus colaboradores em realizar seus negócios de forma ética, íntegra e transparente, para além de alcançar os seus objetivos e de modo responsável ajudar a construir uma sociedade mais justa. Alinhado às boas práticas de Governança Corporativa, dedicou várias iniciativas para o fortalecimento do sistema de controles internos e consequente salvaguarda da reputação institucional.

Assim sendo, em nome do Conselho de Administração, agradeço ao Governo do Estado do Pará, como acionista controlador, aos demais acionistas, aos nossos clientes e à população paraense. Agradeço também aos nossos colaboradores que alinhados às estratégias do planejamento têm demonstrado incansável comprometimento com o nosso Banpará.

Conselho de Administração do Banco do Estado do Pará

1. Composição Acionária.....	6
1.1. Ações em Circulação	6
2. Interesse público subjacente às atividades empresariais.....	6
3. Políticas Públicas	7
4. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas ...	8
4.1. Programas do PPA	8
4.2. Impactos econômico-financeiros da Operacionalização das Políticas Públicas.....	11
4.3. Demais Produtos Comercializados	12
5. Dados Econômicos e Financeiros	13
6. Comentário dos Administradores.....	14
6.1. Os diretores devem comentar sobre:	14
6.2. Os diretores devem comentar:	24
6.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados...	29
6.4. Os diretores devem comentar:	29
6.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.	31
6.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:	36
6.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 6.6, os diretores devem comentar:.....	37
6.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:.....	37
6.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.....	39
7. Estrutura de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos	39
8. Fatores de Risco	40
9. Políticas e Práticas de Governança Corporativa.....	40
10. Descrição da Composição e da Remuneração da Administração e do Conselho Fiscal.....	43
11. Conclusão	45



Em conformidade com o art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2020.

IDENTIFICAÇÃO GERAL	
CNPJ	04.913.711/0001-08
NIRE	153.0000011-4
Sede	Belém/PA
Tipo de Estatal	Sociedade de Economia Mista
Acionista Controlador	Governo do Estado do Pará
Tipo Societário	Sociedade Anônima
Tipo de Capital	Aberto
Abrangência de Atuação	Regional
Sector de Atuação	Financeiro/Bancos
Diretora de Relações com Investidores	Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo Telefone: (91) 3348 -3211 E-mail: ri_banpara@banparanet.com.br
Audidores Independentes Atuais da Empresa	KPMG Auditores Independentes Nome: Anderson Luiz de Menezes – CRC 702403 Telefone: +55 (31) 2128-5739 E-mail: almenezes@kpmg.com.br
CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO SUBSCRITORES DA CARTA ANUAL DE POLÍTICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	
Aláudio de Oliveira Mello Júnior – CPF: 004.306.502-30 Tereza Delta dos S. S. De Castro – CPF: 032.938.152-00 Braselino Carlos Assunção Sousa da Silva – CPF: 065.987.302-87 Brian Bechara Ferreira da Silva – CPF – 752.257.782-91 Roberto Meira de Almeida Barreto – CPF: 059.552.971-20 Adilson Freitas Dias – CPF: 595.039.632-49 Ruth Pimentel Mello – CPF: 181.684.422-53	
DIRETORIA COLEGIADA SUBSCRITORES DA CARTA ANUAL DE POLÍTICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	
Braselino Carlos Assunção Sousa da Silva – CPF: 065.987.302-87 – Diretor-Presidente Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo – CPF: 403.183.622-87 – Diretora de Controle, Risco e Relações com Investidores Ruth Pimentel Mello – CPF: 181.684.422-53 – Diretora Financeira e de Produtos e Serviços Comerciais Paulo Roberto Arevalo Barros Filho – CPF: 508.493.012-20 - Diretor Administrativo Bruno Bitar Morhy – CPF: 597.698.312-04 – Diretor de Tecnologia Jorge Wilson Campos e Silva Antunes – CPF: 121.810.722-72 – Diretor Comercial e Fomento	
Data de Divulgação: 14/04/2021	



Governança Corporativa e Políticas Públicas

A Lei nº 13.303/2016, em seu art. 8º, incisos I, III e VIII, exige explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas por sociedade de economia mista, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como a divulgação de informações relevantes, em especial as relativas as atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da Administração. Essas informações estão detalhadas a seguir:

1. Composição Acionária

Acionista	Total	%
Estado do Pará	9.519.433	99,9767%
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,0079%
Administradores	154	0,0016%
Outros	1.307	0,0137%
Total	9.521.649	100,0000%

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no País e com direito ao voto. O quadro acima indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banpará.

1.1. Ações em Circulação

Espécie e Classe de Ação	Ações Não em Circulação ¹	Ações em Circulação ²	Total de Ações	% Ações em Circulação
ON	9.519.587	2.062	9.521.649	0,0216

¹ Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do Banpará.

² Totais de ações emitidas pelo Banpará, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

2. Interesse público subjacente às atividades empresariais

O Banco do Estado do Pará S/A, doravante denominado Banpará, ápice do sistema financeiro do Estado do Pará, conforme art. 42 da Constituição Estadual, é pessoa jurídica de direito privado, constituída como sociedade anônima de capital aberto (BPAR3), economia mista, estruturada como Banco Múltiplo que atua, também, na execução de políticas públicas de fomento à economia do Estado do Pará, consoante a Lei Estadual nº 1.819, de 30.11.1959,



sendo regido por seu Estatuto Social, pelas Leis nº 4.595/1964, nº 6.404/1976, nº 13.303/2016 e demais disposições legais e regulamentares que lhe sejam aplicáveis.

O Banpará tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, relativas aos bancos comerciais, de desenvolvimento, ao mercado de câmbio e comércio exterior e ao crédito imobiliário.

Destaca-se ainda, que o Banpará atua como instrumento de execução da Política de Desenvolvimento, Creditícia e Financeira do Governo Estadual, exercendo as funções que lhe são atribuídas em lei e na Constituição do Estado do Pará.

Com mais de 55 anos, o Banpará atua como agente financeiro e tem por visão ser reconhecido como o Banco Regional que gera os melhores resultados econômicos e sociais. Como um Banco autossustentável que atua para o desenvolvimento social e econômico do Estado do Pará, possui o propósito de expandir sua rede de atendimento para aumentar a presença no Estado e diversificar seu leque de produtos e serviços.

Desde que foi criado, em 1959, o Banpará sempre buscou ser mais que apenas um Banco, mas uma Instituição realmente presente na vida de milhões de paraenses, sempre procurando oferecer os melhores serviços e opções de crédito, ajudando-os a concretizar seus sonhos, acumulando conquistas e sucessos nesta parceria constante com o povo paraense.

3. Políticas Públicas

Controlado pelo Governo do Estado do Pará, que é detentor, atualmente, de **99,9767%** das suas ações emitidas, o Banpará atua como agente de fomento oficial do Estado do Pará, tendo compromisso institucional com as ações do governo, concatenada com os seus objetivos estatutários, voltado para a concessão de crédito objetivando a redução dos indicadores de pobreza e desigualdade social e estímulo ao desenvolvimento sustentável, instigando a geração de postos de trabalho e a distribuição de renda nas diversas regiões do Estado do Pará.

As operações de fomento administradas pelo Banpará englobam tanto operações com recursos próprios da Companhia, como aquelas realizadas com recursos de terceiros e de repasse, adotando-se a legislação própria e demais normativos do Banco Central do Brasil vigentes para cada caso.

O Banpará promove ações de estímulo ao desenvolvimento econômico e social do Estado do Pará, por meio da disponibilização de diversos produtos, programas e linhas de financiamento, de curto, médio e longo prazo, oferecendo oportunidades de geração de renda e emprego em todos os municípios paraenses onde possui agências ou postos de atendimento.

As ações de fomento desenvolvidas pela Companhia se dão por meio da aplicação de recursos de diversas fontes, algumas delas envolvem programas de financiamento de aplicação obrigatória, enquanto que outras são de livre aplicação. Informações detalhadas sobre os principais produtos e serviços disponibilizados pelo Banpará podem ser encontradas na seção 7 do Formulário de Referência.

Ressalta-se, ainda, que a Companhia apoia inúmeras atividades artístico-culturais, educacionais e desportivas, garantindo um lugar de destaque no dia a dia da população paraense, pois acredita que pode fazer o melhor pelo Estado do Pará e a cada um de seus habitantes.

Presente no dia a dia da população como braço operacional de políticas de desenvolvimento, creditícia e financeira do Estado, o Banpará tem uma gestão corporativa contemporânea que se traduz em honestidade, respeito, responsabilidade e transparência na condução dos negócios, nos relacionamentos com as partes interessadas e na prestação de contas de suas atividades. Desta forma, o Banpará atua em políticas públicas por meio de serviços financeiros disponíveis aos seus clientes, participa também de diversos programas, projetos e iniciativas da administração pública, oferecendo soluções personalizadas que auxiliam no atendimento às demandas sociais. Nesse sentido, a Companhia tem transações com o Estado do Pará, acionista controlador, que geram efeitos financeiros em seu Patrimônio e Resultado. Na seção 16 do Formulário de Referência são apresentadas as principais informações sobre contratos mantidos entre o Banpará e suas partes relacionadas.

4. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

O Banpará preza por promover o desenvolvimento econômico e social do Estado e incentivar a ampliação de diversos setores da economia paraense. O referido objetivo está em consonância com a missão da Companhia de “Criar valor público para o Estado do Pará, como um Banco autossustentável, moderno e promotor do desenvolvimento econômico e social sustentável, com foco na satisfação dos clientes e acionistas”.

4.1. Programas do PPA

O PPA (Plano Plurianual) na esfera Estadual está contemplado na Constituição do Estado do Pará, objetivando confeccionar o planejamento estratégico dos governos estaduais, elaborado a cada quatro anos, sempre no primeiro ano do mandato governamental para execução no ano seguinte. Nele estão listadas todas as políticas e ações públicas necessárias para o alcance dos objetivos do governo.

O Banpará, na condição de Banco Público Estadual, executou parte das ações de políticas públicas no âmbito do PPA 2020-2023, por meio da participação em quatro programas: “Indústria, Comércio, Serviço e Turismo”; “Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura”; “Ciência, Tecnologia e Inovação” e a “Gestão e Modernização Institucional”. Que convergem com a missão da Companhia e com os anseios do Governo do Estado do Pará.

Programa Indústria, Comércio, Serviço e Turismo: visa induzir o desenvolvimento de empreendimentos industriais, comerciais e de serviços para o Estado do Pará, alinhado à diretriz de governo “Crescimento Inteligente”. Nele, o Banpará contribui com a atuação em duas iniciativas: Plano de Expansão da Rede de Atendimento Bancário e Concessão de Crédito para a Produção.

• **Plano de Expansão:** é uma ação que objetiva fortalecer a atuação do Banpará no Estado, fazendo-se mais presente em todas as regiões do Pará e proporcionando à população acesso aos serviços bancários e aos municípios mais desenvolvimento social e econômico. Para 2020, a meta inicial era a abertura de dez unidades e mesmo com os desafios vivenciados oriundos da pandemia de Covid-19, a Companhia conseguiu inaugurar 06 novas agências e um posto de atendimento, todas as inaugurações ocorreram em municípios sem a cobertura bancária do Banpará. O produto dessa ação são as agências inauguradas.

• **Concessão de Crédito:** no bojo desta ação estão inclusas as seguintes linhas de crédito: Banpará Comunidade, Empodera e Crédito Pessoa Jurídica. No cenário da pandemia de Covid-19 foram criadas duas novas linhas para o público PJ: Capital de Giro Empreendedor e Capital de Giro – Folha de Pagamento, ambas com a finalidade de auxiliar as empresas na redução dos impactos da crise sanitária, proporcionando a retomada gradual das atividades, fomentando o desenvolvimento socioeconômico, manutenção da empregabilidade e geração de renda no Estado do Pará.

Abaixo destacamos as características principais dos produtos supracitados:

• **Banpará Comunidade:** linha de microcrédito destinada aos microempreendedores, pessoas físicas com estabelecimentos dentro do Estado do Pará. Como diferencial a linha de crédito fornece o financiamento para micro e pequenos empreendedores, sendo estes atuantes no mercado formal ou informal;

• **Empodera:** financiamento destinado às mulheres empreendedoras que atuam em qualquer ramo de atividade do setor formal e informal, que não possuem acesso a linhas de crédito convencionais:

- ✓ **Crédito Pessoa Jurídica:** esse público conta com os seguintes produtos, a saber:
- ✓ **Banpará Giro Rápido:** modalidade de crédito parcelado;
- ✓ **Banpará Capital de Giro:** crédito parcelado destinado às empresas do setor rural, industrial, comercial e de serviços;
- ✓ **Capital de Giro Empreendedor e Capital de Giro – Folha de Pagamento:** crédito parcelado, modalidades lançadas em 2020, com a finalidade de atenuar os impactos da pandemia de Covid-19;
- ✓ **Cheque Empresarial:** crédito rotativo;
- ✓ **Renegociação Pessoa Jurídica:** operação extraordinária, formalizada por meio de instrumento contratual em condições distintas das pactuadas no contrato originário da concessão de crédito que estejam em situação de atraso.

Tabela 1. Agências inauguradas e quantidade de concessões de crédito - recurso próprio.

Programa	Ação	Meta	Realizado	Δ%
Indústria, Comércio, Serviço e Turismo	Expansão da rede de atendimento bancário	10 UN.	06 UN	60%
	Concessão de crédito	843 UN.	1.819 UN.	216%



Programa Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura: busca promover o desenvolvimento rural com ênfase na agricultura familiar, com base nas diretrizes da política nacional de assistência técnica e extensão rural.

Neste programa o Banpará corrobora com a ação de concessão de crédito rural, quanto aos valores liberados foram registrados a somatória de R\$1.312.528 mil. A ação é monitorada por sua quantidade de concessões e dentro desta ótica o Banpará teve o seguinte desempenho:

Tabela 2.Quantidade de concessões de crédito rural - recurso próprio

Programa	Ação	Meta	Realizado	Δ%
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	Concessão de crédito rural	84 UN.	05 UN.	5,95%

Programa Ciência, Tecnologia e Inovação: objetiva fomentar a produção de conhecimento para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação. A Companhia está contemplado na ação, fomento a projetos inovadores para o desenvolvimento econômico, o qual o Banpará busca a publicação de editais para o desenvolvimento de ideias inovadoras e com aplicação comercial. No ano de 2020, o Banpará firmou parceria por meio de um protocolo de intenções junto a Fundação Centros de Referência em Tecnologia Inovadoras (CERTI), em conjunto com esta iniciativa a Companhia estabeleceu um grupo de trabalho para formatação de produtos e atividades que configurem a atuação do Banpará como um agente financeiro no ecossistema de inovação da Amazônia, conforme diretrizes emanadas da missão e visão da Companhia estabelecidas no Planejamento Estratégico 2020/2024. Estima-se que as publicações dos editais serão realizadas ainda no primeiro semestre de 2021.

O desempenho dessa ação foi afetado com a pandemia de Covid-19, no entanto, como ressaltado acima, a Companhia direcionou seus esforços para que no ano seguinte a ação seja executada de forma satisfatória.

Programa Manutenção da Gestão: programa que tem como foco o fortalecimento da gestão e governança do Estado, pautados pela transparência e procurando observar o desenvolvimento do Pará em cada região de integração, devido à diversidade social, econômica e ambiental. Nesse contexto, o Banpará atua diretamente em quatro ações deste programa: Concessão de auxílio alimentação, Concessão de auxílio transporte, Operacionalização das ações de recursos humanos e Operacionalização das Ações Administrativas. O principal indicador do Banpará para esse programa, vinculado diretamente às três primeiras iniciativas, é a quantidade de funcionários atendidos pelo Banpará, hoje a Companhia conta com a colaboração de 2.438 funcionários, distribuídos pelas regiões de integração do Estado do Pará.

- **Concessão de Auxílio Alimentação:** para esta ação foi destinado o valor de R\$ 52,4 milhões, montante que vem crescendo em função das novas contratações e do reajuste anual do benefício. Apesar da expansão física da Companhia, o

recurso destinado ao auxílio alimentação ainda tem maior concentração na região do Guajará, pelo fato de que na capital do Estado do Pará funciona a sede da Companhia e, conseqüentemente, a maioria das unidades do Banpará.

- **Concessão de Auxílio Transporte:** o valor acumulado em 2020 para a realização dessa ação foi R\$ 273 mil.
- **Operacionalização das Ações de Recursos Humanos:** nesta ação é informado o total de despesas de pessoal, que inclui salários, benefícios, diárias, horas extras, despesas com treinamento, dentre outros. Nesta ação, a Companhia desembolsou, em valores acumulados no ano, R\$ 441 milhões.
- **Operacionalização das Ações Administrativas:** para esta ação são consideradas as despesas gerais para manutenção das atividades do Banpará, distribuídas em seus contratos com fornecedores. Finalizando 2020 com R\$ 346 milhões e 272 contratos ativos.

Tabela 3. Despesas acumuladas 12 meses.

Programa	Ação	Meta	Realizado	% de entrega
Manutenção da Gestão	Concessão de auxílio alimentação.	R\$ 57.483.945	R\$ 52.496.340	91%
	Concessão de auxílio transporte.	R\$ 266.256	R\$ 273.370	103%
	Operacionalização das ações de recursos humanos.	R\$ 427.879.527	R\$ 441.014.502	103%
	Operacionalização das ações administrativas.	R\$ 397.096.612	R\$ 346.196.145	87%

4.2. Impactos econômico-financeiros da Operacionalização das Políticas Públicas

O impacto da execução de políticas públicas do Estado do Pará, por meio do Banpará no seu resultado financeiro deve ser observado de modo específico a depender da política executada. No Programa de “Manutenção da Gestão”, as ações ali descritas são um recorte de parte das despesas correntes da Companhia (descritas na tabela anterior), não se trata de despesas criadas exclusivamente para o atendimento desta política pública e elas decorrem da atividade da Companhia em si, que ocorreriam a despeito da existência ou não desta ação governamental. Quanto aos Programas “Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura” e “Indústria, Comércio, Serviços e Turismo”, as ações de concessão de crédito para produção, crédito rural e plano de expansão traduzem a forma como a Companhia poderia cooperar com o Governo Estadual neste Programa. E suas execuções são inerentes à atividade bancária. No caso do plano de expansão o investimento realizado pelo Banpará em 2020 foi na ordem de R\$ 2,1 milhões para compra de móveis e equipamentos para as seis agências inauguradas. Para esta ação não houve a imobilização de capital com aquisição de imóveis ou reformas de prédios próprios da Companhia. Quanto à concessão de crédito para produção rural, a Companhia utilizou recursos próprios para

executar as ações. Outro programa de relevância é o “Ciência, Tecnologia e Inovação” o qual deverá ser executado no ano de 2021.

Tabela 4. Receita acumulada e percentual de participação no resultado do Banpará

Programa	Linha de Crédito	Receita acumulada 12 meses	% do resultado geral do Banpará ¹
Programa Indústria, Comércio, Serviço e Turismo	Banpará Comunidade	R\$ 865.697	0,36%
	Empodera	R\$ 20.683	0,01%
	Pessoa Jurídica	R\$ 8.101.256	3,36%
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	Crédito Rural	R\$ 1.515.870	0,63%

4.3. Demais Produtos Comercializados

O Banpará como Banco Múltiplo atua em áreas diversas, como Câmbio, Imobiliário e produtos e serviços voltados ao público Pessoa Física visando a satisfação de nossos clientes e acionistas.

Imobiliário: Em 2020 o Banpará voltou a disponibilizar o financiamento imobiliário. Atualmente a carteira atende tanto demandas das pessoas físicas quanto jurídicas com os seguintes produtos:

- **Aquisição de imóvel residencial:** Linha de crédito de financiamento imobiliário destinada à aquisição de imóveis residenciais, novos ou usados, localizados no Estado do Pará, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH e do Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI.
- **Portabilidade de Crédito Imobiliário:** Transferência, mediante liquidação antecipada, de parte do contrato de crédito imobiliário na modalidade “Aquisição de Imóveis”, de instituição credora original para instituição proponente (Banpará), por solicitação do devedor, mantendo todas as condições originalmente contratadas à exceção da taxa de juros, a qual pode ser negociada, conforme Resolução Bacen nº 4.292, de 20 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a portabilidade de operações de crédito realizadas com pessoas naturais.
- **Uso do FGTS:** Intermediar o saque de valores do FGTS entre o trabalhador e o Agente Operador (CEF) dedicado à aquisição de moradia própria. O uso do FGTS em operações imobiliárias que deve ser de acordo com as situações abaixo: a) Aquisição de imóvel residencial concluído; b) Amortização ou liquidação de saldo devedor; c) Pagamento de parte do valor da prestação de financiamento concedido regularmente.
- **Plano Empresário Banpará:** financiamento destinado à produção de empreendimentos residenciais ou comerciais urbanos.

¹ O Banpará apresentou em 2020 o Lucro Líquido de R\$ 241.199 milhões.

Câmbio: O Banpará possui produtos e serviços relacionados ao mercado de câmbio, com destinação ao público Pessoa Jurídica e Física.

- **Câmbio Turismo:** Compra e Venda de moeda espécie, voltado para pessoas físicas e jurídicas;
- **Câmbio Financeiro:** Envio e recebimento de ordens de pagamento em moeda estrangeira (envio e recebimento de recursos via transferências internacionais) tanto para pessoa física quanto pessoa jurídica;
- **Importação:** Remessa para o exterior destinada ao pagamento de produto, voltado para pessoa jurídica;
- **Exportação:** Recebimento do exterior de recurso oriundo de venda de produto, voltado para pessoa jurídica.
- **Serviços de Cobrança Documentária:** Serviço realizado referente a conferência e envio de documentos para outro Banco no exterior.
- **ACC e ACE:** Operação de crédito utilizada para a antecipação de contrato de exportação, voltado para pessoa jurídica.

Tabela 5 - Receita acumulada e percentual de participação no resultado do Banpará.

Carteiras ²	Receita acumulada 12 meses	% Resultado geral do Banpará ³
Imobiliário	R\$ 2.145.656,10	0,89%
Câmbio	R\$ 3.385.892,55 ⁴	1,40%

5. Dados Econômicos e Financeiros

As demonstrações financeiras do Banpará relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram preparadas e auditadas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, com observância, quando aplicável, aos normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O documento foi disponibilizado pelo Banpará em 24 de fevereiro de 2021 no Sistema de Informações Periódicas (IPE) da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e no Site de Relações com Investidores do Banpará (ri.banpara.b.br). Mais informações acerca dos dados econômico-financeiros do Banco do Estado do Pará podem ser consultadas na seção 3 do Formulário de Referência.

² Receita de Produtos e Serviços

³ Lucro acumulado R\$ 241,2 milhões

⁴ Margem de contribuição (Receita – Despesa).



6. Comentário dos Administradores

Os membros da Diretoria Colegiada do Banpará, na forma da instrução CVM 481, art. 9º, inciso III, comentam:

6.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais.

Os Diretores discorrem abaixo, as principais informações que espelham as condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

Com o resultado dos negócios do ano de 2020, o lucro líquido foi de R\$ 241.199 mil, diminuindo em 25,6% em relação ao lucro líquido registrado no ano de 2019, representando um lucro líquido por ação de R\$ 25,33.

O Patrimônio Líquido do Banpará aumentou em 8,7% no ano de 2020, ocasionado pela incorporação do resultado do período. O índice de retorno sobre o Patrimônio Líquido médio (ROE) alcançou 16,7% frente aos 24,4% do ano de 2019. Pode-se concluir que o investidor levará um pouco mais de 6 anos para recuperar o valor investido na Companhia. No comparativo com o ano anterior, o ROE do Banpará sofreu uma redução, pois houve uma diminuição dos ganhos nas margens de lucro da Companhia.

As receitas do Banpará reduziram em 10,2% em relação ao ano anterior, pois o crescimento da carteira de crédito não foi suficiente para compensar a redução das taxas de juros, necessária para a manutenção da Companhia no cenário mais dinâmico e competitivo. Também ocorreu diminuição no Resultado de Aplicações Interfinanceiras com TVM em função da alteração na precificação dos títulos públicos, que se desvalorizaram no mercado. Além disso, houve uma considerável redução em Outras Receitas Operacionais, ocasionada pela diminuição da reversão de provisões contingenciais trabalhistas e cíveis em relação ao ano anterior.

As Despesas com Pessoal, em 2020, apresentaram uma queda de 11,9% quando comparadas ao ano de 2019, ocasionada pela variação negativa nos proventos em decorrência do PDV (Programa de Demissão Voluntária) ocorrido em 2019, pela redução das despesas com ações judiciais trabalhistas e pela diminuição na realização de treinamentos presenciais em função das restrições de deslocamento, viagens e realizações de eventos devido à pandemia de Covid-19. O Banpará apresentou um aumento de apenas 0,4% em 2020 com despesas tributárias em relação a 2019. Com isso, pode-se afirmar que não houve variações significativas com esse grupo de despesas.

Apesar do aumento de 29,3% na provisão para perdas esperadas associadas ao risco crédito, devido ao aumento da carteira de Operações de Crédito, bem como da inadimplência, o Banpará apresentou uma redução nos custos e despesas da intermediação financeira de 22,4% no ano de 2020 em comparação ao ano de 2019, pois houve uma diminuição de 39,9% em Operações de Captação no Mercado motivadas pelo menor dispêndio com despesas de depósitos a prazo, de poupança e de letras financeiras.

As Despesas Administrativas apresentaram variação positiva de 4,4% em 2020 se comparado com 2019, ocasionada pelas despesas com serviços de higienização e compra de EPI's, devido



à pandemia de Covid-19, além do aumento das despesas com depreciação e amortização em decorrência da conclusão dos projetos relacionados com os ativos intangíveis do Banpará, que se encontravam em desenvolvimento no exercício de 2019.

As Outras Despesas Operacionais obtiveram uma redução de 51,1% em 2020 no comparativo com o ano de 2019, ocasionado principalmente pela diminuição significativa de Provisões Passivas referentes a ações cíveis.

O Banpará encerrou o ano de 2020 com Ativos Totais no montante de R\$ 10.586.556 mil, expansão de 20,4% com relação ao mesmo período de 2019, que foi de R\$ 8.793.048 mil, ocasionado pela redução das taxas de juros para novos empréstimos e renegociações, ocorrido no segundo semestre de 2019, contribuindo para o aumento da carteira de Operações de Crédito, além do aumento nas Aplicações Interfinanceiras e de Liquidez em função de maiores aplicações em títulos públicos federais.

Ao final do exercício de 2020, a carteira de crédito alcançou R\$ 6.327.348 mil, incremento de 17,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Além disso, a Companhia encerrou o exercício com R\$ 174.796 mil na conta de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, um acréscimo de 19,4% quando comparado a 2019. A proporção da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em relação à carteira de crédito corresponde a 2,8%.

O volume dos depósitos em 2020 totalizou R\$ 8.476.820 mil, aumento de 42,9% em relação ao ano de 2019 que encerrou com o valor de R\$ 5.931.310 mil.

b. Estrutura de capital

O montante da dívida do Banpará, compreendido pelo Passivo (Circulante e Não Circulante), ficou em R\$ 9.102.978 mil em 31 de dezembro de 2020, sendo que em 2019 era de R\$ 7.427.574 mil. O índice de endividamento, medido pela relação Passivo (Circulante e Não Circulante) dividido pelo patrimônio líquido, ficou em 6,13% em 2020, sendo que em 2019 foi 5,44%.

➤ Estrutura de Capital

Estrutura de Capital	31.12.2020
Capital de Terceiros	9.101.978
Passivo Circulante	6.982.744
Passivo Exigível a longo Prazo	2.119.234
Capital Próprio	1.484.578
PL	1.484.578
TOTAL	10.586.556
% Capital Próprio	14,02
% Capital Terceiros	85,98
TOTAL	100



➤ Patrimônio de Referência

O Banpará encerrou 2020 com Patrimônio de Referência de R\$ 1.343.334 mil, representando um crescimento de 7,84% em relação ao ano de 2019.

Índice de Basileia	31/12/2019	31/12/2020	Varição 19/20
Patrimônio de Referência - PR	1.245.654	1.343.334	7,84%
Nível I	1.245.654	1.343.334	7,84%
Capital Principal	1.245.654	1.343.334	7,84%
Capital Complementar	-	-	-
Nível II	-	-	-
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	5.561.346	6.429.428	15,61%
Exposição ao Risco de Crédito - RWACPAD	4.934.364	5.752.829	16,59%
Exposição ao Risco de Crédito - RWAMPAD	37.298	15.163	-59,35%
Exposição ao Risco de Variação da Taxa de Cupons de índices de preço - RWAJUR3	9.219	1.326	-85,62%
Exposição ao Risco de Variação da Taxa de Juros Prefixados - RWAJUR2	2.300	1.750	-23,91%
Exposição ao Risco de Variação Cambial - RWACAM	25.285	10.850	-57,09%
Exposição ao Risco da Variação dos Preços de Ações - RWAACS	494	1.237	150,40%
Exposição ao Risco Operacional - RWAOPAD	589.684	661.436	12,17%
Risco Banking - RBAN	71.235	145.358	104,05%
Valor de Margem do PR	729.512	603.254	-17,31%
Índice de Basileia Banpará - IB	22,40%	20,89%	-6,72%

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro a seguir indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banpará, na data base de 31/12/2020:



Acionista	Total	%
Estado do Pará	9.519.433	99,9767
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,0079
Administradores	154	0,0016
Outros	1.307	0,0137
Total	9.521.649	100

➤ **Ações em Circulação**

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará, em circulação.

Espécie e Classe de Ação	Ações Não em Circulação ¹	Ações em Circulação ²	Total de Ações	% Ações em Circulação
ON	9.519.587	2.062	9.521.649	0,0216

¹ Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do Banpará.

² Totais de ações emitidas pelo Banpará, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23.06.2020 deliberou o aumento do Capital Social da Companhia, com incorporação de Reservas de Lucros, elevando seu valor de R\$ 1.171.043 mil para R\$ 1.300.664 mil, sem alteração do número de ações. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil, em 06 de outubro de 2020, por meio do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – DEORF.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

O Banpará apresenta condições adequadas para cumprimento dos compromissos financeiros assumidos. Nesse sentido, as medidas de liquidez apresentaram-se confortáveis nos três últimos exercícios, o que indica a constância da qualidade do caixa da Companhia para o devido cumprimento das exigências operacionais.

Nesse sentido, os fluxos de caixa são monitorados diariamente considerando dois indicadores para avaliação da composição de caixa: i) Limite Mínimo de Liquidez (LML) e o ii) Pré-acionador do Plano de Contingência (PAPCO). Estes indicadores são objeto de revisão e monitoramento periódico, objetivando a manutenção adequada da capacidade de pagamento da Companhia.

No quadro a seguir, está demonstrado o cálculo de caixa livre para o encerramento de 2020:



Em milhares de reais	2020
Ativo	10.387.141
Disponibilidades	199.598
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.801.487
Tit. E Valores Mobiliários e Instrumentos Fin. Derivativos	1.041.071
(-) Captações no Mercado Aberto	-167.037
Caixa Livre	1.279.663
Caixa Livre/ Depósitos Totais	33,92%
Caixa Livre/ Ativo Total	27,68%
Caixa Livre/ Patrimônio Líquido	207,02%
Patrimônio Líquido	1.388.835

Os depósitos são as principais fontes de captação e os saldos registrados apresentaram progressão nos três últimos exercícios, da seguinte forma:

	31.12.2020	
	Saldo	% do Total
Depósitos	8.475.675	100,00%
- Depósitos à vista + Outros Depósitos	988.318	11,66%
- Depósitos de Poupança	1.396.112	16,47%
- Depósitos a Prazo	5.852.213	69,05%
- Depósitos Interfinanceiros	239.032	2,82%

Dentre os valores de depósitos cabe destacar os valores de depósito a prazo, de acordo com a importância para a composição do *Funding* da Companhia, em decorrência da estabilidade dos vencimentos e da representatividade em relação ao valor total. Para tanto, são direcionados esforços específicos como campanhas e premiações com base no esforço de venda.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

A concessão de crédito para pessoas físicas constitui o principal ativo do Banpará e estes são financiados pelos recursos captados por meio 165 pontos de atendimento distribuídos no Estado



do Pará.

O *Funding* apresentou movimentação crescente nos últimos exercícios, com um saldo de R\$ 8,79 bilhões no fechamento do 4º Trimestre de 2020.

A tabela abaixo apresenta indicadores que demonstram a relação entre as fontes de captação e aplicação de recursos no Banpará, evidenciando que a carteira de crédito é lastreada principalmente por:

	31.12.2020
<i>Funding Total</i>	8.792.457
Depósitos Totais	8.475.675
Captação no Mercado Aberto	167.037
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	149.745
Instrumentos Financeiros Derivativos	-
Compulsórios	241.357
<hr/>	
Carteira de Crédito Líquida	6.152.553
Carteira de Crédito	6.327.349
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	174.796
Disponibilidades	199.598
<hr/>	
Carteira de Crédito Líquida/Depósitos Totais	72,59%
Carteira de Crédito Líquida/ <i>Funding Total</i>	69,98%
Disponibilidades/ <i>Funding Total</i>	2,27%

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que o Banco pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez estão descritas no Plano de Contingência de Liquidez, documento que define responsabilidades, estratégias e procedimentos a serem adotados em caso de estresse de liquidez. Dentre as ações definidas no referido documento estão distribuídas por nível de severidade de eventuais crises de liquidez, quais sejam: captação de recursos com taxas mais agressivas nos fatores de risco e prazos em que a carteira é concentrada; Emissão de Letras Financeiras para Pessoas Físicas e/ou Pessoas



Jurídicas; Redesconto (para lastrear captações (títulos) junto ao Banco Central do Brasil na modalidade intradia; Emissão de depósitos interfinanceiros (captação no mercado interbancário, por meio de emissão de CDI - DI Over); Emissão de depósito a prazo com depósito especial - DPGE II; Venda parcial ou total de ativos; Cessão de crédito da carteira comercial e Aporte de capital.

O Banpará manteve seus estoques de ativos líquidos em níveis elevados, permanecendo acima dos limites e índices estabelecidos para o risco de liquidez, definidos na Declaração de Apetite por Riscos, Política Institucional do Risco de Liquidez e Política Institucional de Gestão Financeira do Banpará.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O resultado da variação, ocasionada pela relação entre o total de Capital de Terceiros e o Patrimônio Líquido, está alinhado com a estratégia de fortalecimento do patrimônio líquido e o perfil conservador da Companhia.

	31.12.2019	31.12.2020	% 2020/2019
Depósitos	5.930.094.789	8.475.674.586	42,93%
Captações no Mercado Aberto	949.377.574	167.036.779	-82,41%
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	238.789.047	149.745.234	-37,29%
Obrigações por Empréstimos	3.547.022	9.192.423	1,5916
Obrigações para repasses no País	313.773	4.130.488	1216,39%
Outras Obrigações	211.870.219	236.557.306	11,65%
Total Capital de Terceiros	7.333.992.425	9.042.336.817	23,29%
Patrimônio Líquido	1.240.998.835	1.388.835.264	11,91%
TOTAL DO PASSIVO	8.574.991.260	10.431.172.082	21,65%
Nível de Endividamento	5,91	6,511	-

Valores em R\$ mil



- As captações no mercado aberto são obrigações sobre os valores tomados no mercado a curto prazo, lastreados por títulos da carteira própria, com a seguinte composição:

	31.12.2019	31.12.2020
TVM – SELIC TOMADOR	949.378	167.037
Total	949.378	167.037

- As captações efetuadas mediante a emissão de Letras Financeiras, observadas as condições determinadas pela Resolução CMN nº 4.733/2019, são as seguintes:

PAPEL	VENCIMENTO	QTDE	TOTAL
LF-POS-CDICE	04/01/2021	1	1.520
LF-POS-CDICE	03/05/2021	37	39.689
LF-POS-CDICE	10/05/2021	150	32.146
LF-POS-CDICE	10/05/2021	150	32.146
LF-POS-CDICE	08/07/2021	150	31.869
LF-POS-CDICE	29/11/2021	6	993
LF-POS-CDICE	14/01/2022	1	7.198
LF-POS-CDICE	13/04/2022	1	600
LF-POS-CDICE	06/01/2023	1	185
LF-POS-CDICE	23/01/2023	1	1.125
LF-POS-CDICE	07/05/2024	1	161
LF-POS-CDICE	22/11/2024	1	362
LF-POS-CDICE	13/12/2024	1	303
LF-POS-CDICE	02/01/2025	1	1.448
TOTAL		502	149.745

Valores em R\$ Mil

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em 2020 o Banpará não emitiu títulos e valores mobiliários no mercado de capitais nacional e/ou internacional, utilizando instrumentos de dívida subordinada. Porém, conforme determina a Lei nº 14.112/2020, art. 83, que classifica os créditos priorizando aqueles derivados da legislação do



trabalho, seguidos pelos créditos com garantia real, créditos tributários e demais créditos elencados pela referida lei.

No que compete ao Banpará, a ordem de precedência em um eventual concurso universal de credores, considerar-se-ia a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível, conforme a seguir:

Obrigações de acordo com a precedência	31/12/2020
Passivos Contingentes	60.567
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	33.490
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	106
Credores Diversos	10.149
Outras Obrigações	131.996
Sociais e Estatutárias	11.710
Total do Passivo Exigível	248.018

Valores em R\$ Mil

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

O Banpará não possui restrições em relação aos limites de endividamento e contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos, emissão de novos valores mobiliários ou alienação de controle societários.

g. Limites de financiamentos contratados e percentuais já utilizados.

O Banpará atua como agente financeiro repassador de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) no financiamento de operações de crédito de longo prazo.

Os limites aprovados para o Banpará totalizam o equivalente à R\$189.800 mil, R\$100.000 mil do BNDES, R\$ 50.000 mil do FUNGETUR e R\$39.800 mil da FINEP. Ao final de 2020, o saldo das operações de crédito realizadas com recursos de repasse representaram apenas 4,13% do limite BNDES e 2,18% do limite total. No mesmo período não houve utilização dos limites do FUNGETUR e da FINEP.



h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Os Diretores do Banpará apresentam comentários aos itens que julgam relevantes que estão evidenciados nas análises evolutivas do Balanço Patrimonial dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, elaborados em conformidade e com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e estão disponibilizados no Site de Relações com Investidores do Banpará (<http://ri.banpara.b.br>).

ATIVO	31/12/20
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	10.387.141
Disponibilidade	199.597
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	1.801.488
Títulos e Valores mobiliários	1.041.071
Operações de Crédito	6.097.101
Relações Interfinanceiras/Interdependências	614.599
Outros Créditos	626.532
Outros Valores e Bens	6.753
PERMANENTE	199.415
Investimentos	32
Imobilizado	58.138
Intangível	141.245
TOTAL DO ATIVO	10.586.556

Valores em R\$ Mil

PASSIVO	31/12/20
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	9.101.978
Depósitos	8.476.820
Depósitos à Vista	988.318
Depósitos de Poupança	1.396.112
Depósitos Interfinanceiros	239.032
Depósitos a Prazo	5.853.358



Captações no Mercado Aberto	167.037
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	149.745
Relações Interfinanceiras/Interdependências	44.727
Obrigações por Empréstimos	2.308
Obrigações repasses no País-Instit. Oficial	13.323
Outras Obrigações	248.018
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.484.578
Capital Social	1.300.664
Reserva de Lucro	183.914

TOTAL DO PASSIVO	10.586.556
-------------------------	-------------------

Valores em R\$ Mil

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos totais alcançaram R\$ 10.586.556 mil, equivalente a um crescimento de 20,40% quando comparado ao registrado em 31 de dezembro de 2019, motivado principalmente pelas Operações de Crédito que aumentaram 17,46% em relação ao mesmo período de 2019.

Ao final do exercício de 2020, a carteira de crédito total alcançou R\$ 6.327.348 mil, incremento de 17,53% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em dezembro de 2020 a Companhia encerrou o exercício com R\$ 174.796 mil na conta de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, um aumento de 19,38% quando comparado a 2019. A proporção da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em relação à carteira de crédito corresponde a 2,76%.

6.2 Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

O lucro líquido apresentado pelo Banpará no exercício de 2020 foi R\$ 241.199 mil, desempenho 25,57% menor que o apresentado no ano anterior.

Os componentes da Demonstração do Resultado publicada pelo Banpará, fonte de referência dessas análises, são apresentados a seguir:

DRE	31/12/20
Receita da intermediação financeira	1.561.668
Operações de crédito	1.479.357
Resultado de aplicações interf. e operações TVM	67.543
Resultado de operações de câmbio	5.737
Resultado das aplicações compulsórias	9.031
Despesa da intermediação financeira	-306.146



Operações de captação no mercado	-178.274
Operações de Empréstimo/Repasses	-1860
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-126.012
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.255.522
Outras Receitas (Despesas) operacionais	-763.048
Receitas de prestação de serviço	133.244
Despesas de pessoal	-441.076
Outras despesas administrativas	-381.692
Despesas tributárias	-77.175
Outras receitas operacionais	38.676
Outras despesas operacionais	-35.025
Resultado operacional	492.474
Resultado não operacional	-8.024
Resultado antes da trib. s/ lucro e participações	484.450
Imposto de Renda e Contribuição Social	-202.855
Provisão para imposto de renda	-97.727
Provisão para contribuição social	-77.598
Ativo fiscal diferido	-27.530
Participações de lucro	-40.396

As receitas com intermediação financeira do ano de 2020 totalizaram R\$ 1.561.668 mil, queda de 7,62% quando comparadas com as do mesmo período de 2019, pois o crescimento da carteira de crédito não foi suficiente para compensar a redução das taxas de juros, necessária para a manutenção da Companhia no cenário mais dinâmico e competitivo. Também ocorreu diminuição no Resultado de Aplicações Interfinanceiras com TVM em função de alteração na precificação dos títulos públicos, que se desvalorizaram no mercado. Além disso, houve uma considerável redução em Outras Receitas Operacionais ocasionada pela redução das reversões de provisões contingenciais trabalhistas e cíveis em relação ao ano anterior.

As despesas com Intermediação Financeira, apesar do aumento na provisão para perdas esperadas associadas ao risco crédito, devido ao aumento das Operações de Crédito, bem como da inadimplência, atingiram R\$ 306.146 mil em 2020, registrando um decréscimo de 22,40% em relação ao ano de 2019, pois houve uma diminuição em Operações de Captação no Mercado



motivadas pelo menor dispêndio com despesas de depósitos a prazo, de poupança e de letras financeiras.

Em 2020, a despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, totalizou R\$ 126.012 mil, apresentando um aumento de 29,34%, em relação ao ano anterior, devido ao aumento da carteira de Operações de Crédito, bem como da inadimplência.

No exercício de 2020, o resultado da intermediação financeira, após as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, atingiu R\$ 1.255.522 mil, decréscimo de 3,12% em relação ao registrado no ano de 2019.

As receitas auferidas por meio de serviços e tarifas bancárias totalizaram R\$ 133.244 mil no exercício de 2020, crescimento equivalente a 5,08% se comparado com o total de R\$ 126.803 mil alcançado no exercício de 2019.

No ano de 2020, as despesas gerais (pessoal, administrativas e tributárias) somaram R\$ 899.943 mil, queda de 4,58% em comparação ao ano de 2019. As despesas com pessoal totalizaram R\$ 441.076 mil, equivalente a um decréscimo de 11,88% em relação ao saldo apresentado em igual período do ano anterior, resultado decorrente do PDV (Programa de Demissão Voluntária) ocorrido em 2019, da redução das despesas judiciais trabalhistas e pela diminuição na realização de treinamentos presenciais em função das restrições de deslocamento, viagens e realizações de evento devido a pandemia de Covid-19.

No exercício de 2020, as despesas administrativas apresentaram saldo de R\$ 381.692 mil, uma evolução de 4,39% em relação ao total de R\$ 365.643 mil de 2019. A evolução nesse índice é reflexo do crescimento das despesas com serviço de higienização e compra de EPI's devido à pandemia de Covid-19, além das despesas com depreciação e amortização em decorrência da conclusão de projetos, relacionados com os ativos intangíveis, que se encontravam em desenvolvimento no exercício de 2019.

Em 2020, mantêm-se registrados, contabilmente, créditos tributários derivados da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no valor de R\$ 116.788 mil, R\$ 16.994 mil referente às provisões trabalhistas, R\$ 13.896 mil referente às provisões de outros créditos e R\$ 6.678 mil referente à provisão de licença prêmio, totalizando R\$ 154.356 mil.

Créditos Tributários	Saldo em 31.12.2020
Diferença Temporária - Prov. p/perdas esper. assoc. ao risco de crédito	128.305
Diferença Temporária - Trabalhista	16.994
Diferença Temporária - s/prov. outros créditos	2.379
Diferença Temporária - s/prov. licença prêmio	6.678
Total	154.356



i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais componentes da receita que influenciaram os resultados operacionais da Companhia nos últimos três exercícios sociais estão descritos no item 6.2.a.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores informam que não ocorreram fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia nos últimos três exercícios sociais, além daqueles descritos no item 6.2.a.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

As receitas com intermediação financeira totalizaram R\$ 1.561.668 mil e registraram uma queda de 7,62%, pois o crescimento da carteira de crédito não foi suficiente para compensar a redução das taxas de juros, necessária para a manutenção da Companhia no cenário mais dinâmico e competitivo. As despesas de intermediação financeira atingiram R\$ 306.146 mil, decréscimo de 22,40%. O resultado da intermediação financeira atingiu o montante de R\$ 1.255.522 mil, diminuição de 3,12%.

A carteira de Crédito Consignado apresentou crescimento de 13,94% no ano de 2020, com incremento no total de aproximadamente de R\$ 580.952 mil. Dentre as principais estratégias adotadas durante o exercício destacam-se a flexibilização de parâmetros da regra de negócio e a expansão do público alvo.

A carteira Banparacard, ao final de 2020, alcançou R\$ 1.249.288 mil, representando um aumento de 22,56% em relação ao final de 2019 (R\$ 1.019.311 mil), com incremento de R\$ 229.976 mil no saldo total negociado em relação ao ano anterior, em virtude das principais estratégias adotadas durante o exercício, destacam-se a intensificação de ações comerciais e a alteração de taxas do produto.

O produto CONTA MAIS fechou o ano com o saldo de R\$ 1.022.511 mil e representou variação positiva de 34% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já os depósitos de Poupança apresentaram um aumento de 21 % e representam 19,26% quando comparados aos outros depósitos.

Produto	2019	2020	Varição
Conta Mais	761.478.657	1.022.511.097	34%
Poupança	1.154.877.048	1.396.112.333	21%
CDB - Gov	1.683.916.133	3.437.045.805	104%
CDB - Rede	1.255.375.702	1.392.655.690	11%



2020	Valor	Percentual
Outros Depósitos	5.852.212.594	80,89%
Poupança	1.396.112.333	19,26%
Total de Depósitos	7.248.324.927	100%

Valores em R\$ Mil

No tocante ao crescimento das receitas de serviços, incluindo as rendas de tarifas bancárias, dos últimos três anos, o Banpará vem apresentando crescimento em virtude do empenho da Companhia em promover a adesão principalmente no pacote de tarifas por parte dos clientes. Em 2020 as receitas de serviços totalizaram R\$ 133.243 mil, um crescimento de 5,08% quando comparado ao ano de 2019.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

No ano de 2020 o Resultado Operacional do Banpará foi 5,44% menor do que o registrado em 2019, acumulando R\$ 492 mil no exercício. Essa diminuição foi ocasionada pelos fatores detalhados no tópico 6.2.a.

No campo das despesas com intermediação financeira, as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito apresentaram acréscimo de 29,33% em relação ao ano de 2019. Já as operações de empréstimo e repasses subiram 297,44%, devido à elevação das operações provenientes do exterior, especificamente as despesas de obrigações com banqueiros.

No exercício de 2020, o volume das captações alcançou R\$ 8.793 milhões contra R\$ 7.119 milhões registrados no período de 2019, representando um acréscimo de 23,51%. As captações de varejo mantiveram o nível de liquidez da Companhia em patamares adequados para suportar a estratégia de expansão dos negócios e os impactos da crise econômica.

De modo geral, as captações em poupança e depósito a prazo tiveram crescimento, refletindo o perfil conservador dos clientes de varejo. As captações institucionais obtiveram variação negativa em decorrência da estratégia de negócio para o cenário atual, considerando a demanda por taxas com custos de captação mais elevados para o emissor e o decréscimo nas Obrigações por Operações Compromissadas comparado ao ano de 2019, justificando-se pela alta da liquidez da Companhia devido ao incremento dos depósitos de varejo. A estratégia de captação leva em consideração também a diversificação por tipos de clientes. Logo, observa-se a concentração nas captações via varejo que representou, em 31 de dezembro de 2020, 46% do total do *funding*, sendo dividido em 30% em pessoa física e 16% em pessoa jurídica. Ressalta-se que a concentração nas captações dos clientes de varejo proporciona a vantagem da pulverização dos depósitos, considerando que o ticket médio é menor neste grupo.



No comparativo com o ano anterior, as receitas do Banpará diminuíram 10,2% em relação ao ano anterior, influenciada, principalmente, pela variação negativa das receitas com Operações de Crédito. Além disso, houve uma considerável diminuição nas outras receitas operacionais em 65,7%, ocasionada pela redução reversão de provisões contingenciais trabalhistas e cíveis.

Quanto as Outras Despesas Administrativas houve um crescimento de 4,39% em relação ao ano de 2019, ocasionada pelas despesas com serviços de higienização e compra de EPI's, devido à pandemia de Covid-19, além do aumento das despesas com depreciação e amortização em decorrência da conclusão dos projetos relacionados com os ativos intangíveis do Banpará, que se encontravam em desenvolvimento no exercício de 2019.

O Banpará teve um aumento de 47,86% no volume de operações em comparação a 2019, realizando em 2020 um total de USD 135.430.182,00 em moeda estrangeira, contra USD 91.594.642,00 em 2019. Com relação a conversão da moeda estrangeira para moeda nacional o crescimento foi de 90,79%, aumento este proporcionado principalmente pela valorização tanto do dólar quanto do euro, sendo que ambas as moedas tiveram valorização em 2020 de 28,93% e 40,77%, respectivamente.

A valorização das moedas estrangeiras frente ao real, em conjunto com o aumento no volume de operações, promoveram a alavancagem das receitas da carteira de câmbio de forma substancial em 2020, proporcionando um incremento na receita líquida da ordem de 158,58%, passando de R\$ 1.276.331,60 em 2019 para R\$ 3.300.301,74 em 2020.

6.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados.

a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

Em 2020 não houve introdução ou alienação significativas de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 2020 o Banpará não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais.

Em 2020 não ocorreram eventos ou operações não usuais que não os já informados no item 6.2.a.

6.4. Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis.

A Resolução CMN nº 4.776, de 29 de janeiro de 2020 e atualizações, e as Circulares Bacen nº 3.472, de 27 de outubro de 2009 e nº 3.516, de 03 de dezembro de 2010, estabeleceram que somente as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituídas sob a forma de Companhia Aberta ou que sejam obrigadas a



constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – *International Accounting Standards Board*. O Banpará não possui subsidiárias e não controla Empresas de Propósito Específico (EPE), portanto, considerando os termos do IAS 27 e do SIC 12, não está sujeita a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas.

Foram observadas, ainda, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019, atualizada pela Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução BCB nº 2/2020, cujo principal objetivo é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards - IFRS*.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) no processo de convergência das normas internacionais de contabilidade, recepcionados por normativos editados pelo CMN, como também os aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários que não conflitam com as normas do CMN e outras resoluções, estão observados nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme abaixo:

- **CPC-00** – Pronunciamento Conceitual Básico (BACEN/CMN Resolução nº 4.144/12);
- **CPC-01** – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (BACEN/CMN Resolução nº 3.566/08);
- **CPC-02** – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (BACEN/CMN Resolução nº 4.524/16);
- **CPC-03** – Demonstração dos Fluxos de Caixa (BACEN/CMN Resolução nº 4.818/20);
- **CPC-04** – Ativo Intangível (BACEN/CMN Resolução nº 4.534/16);
- **CPC-05** – Divulgação sobre Partes Relacionadas (BACEN/CMN Resolução nº 4.818/20);
- **CPC-10** – Pagamento baseado em ações (BACEN/CMN Resolução nº 3.989/11);
- **CPC-23** – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (BACEN/CMN Resolução nº 4.007/11);
- **CPC-24** – Evento Subsequente – (BACEN/CMN Resolução nº 4.818/20);
- **CPC-25** – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (BACEN/CMN Resolução nº 3.823/09);
- **CPC-27** – Ativo Imobilizado (BACEN/CMN Resolução nº 4.535/16);
- **CPC-33** – Benefícios a Empregados (BACEN/CMN Resolução nº 4.877/20);
- **CPC-41** – Resultado por Ação (BACEN/CMN Resolução nº 4.818/20); e
- **CPC-46** – Mensuração do Valor Justo (BACEN/CMN Resolução nº 4.748/19).

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Em 2020, foram observadas as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19, atualizada pela Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução BCB nº 2/2020, cujo principal objetivo é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo



com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards - IFRS*.

As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com o mesmo período do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.

Em 2020 não houve ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.

6.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional e Comissão de Valores Mobiliários.

Foram observadas ainda, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19, atualizada pela Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução BCB nº 2/2020, cujo principal objetivo é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards - IFRS*.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos demonstrativos contábeis podem ser observados nos seguintes critérios:

Critério de provisionamento: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito.

A provisão para operações de crédito está constituída de acordo com a Resolução nº 2.682, de 21.12.1999 do Conselho Monetário Nacional. O julgamento de classificação em cada nível de risco considera, também, a situação na qualidade do crédito, base histórica e riscos específicos e globais da carteira.

Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências

Atualmente, o Banpará possui registradas em seu balanço contingências passivas que envolvem ações trabalhistas, cíveis e fiscais que são revisadas e avaliadas mensalmente. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é mais que suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Neste sentido, esclarecemos que a Companhia é parte em processos judiciais, de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis e cessão de crédito rural, com coobrigação, e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas com embasamento nas opiniões de seus assessores jurídicos. A Companhia constituiu provisão, de provável perda, para os processos de funcionários que estão enquadrados nas ações civis públicas propostas contra a Companhia, pelo Sindicato dos Bancários do Pará e pela Associação dos Funcionários do Banpará – AFBEPA, cujo objeto é a descaracterização de diversas funções de confiança da Companhia, redução da jornada de trabalho para 6 horas, 7ª e 8ª horas como hora extra e reflexos legais, conforme entendimento do órgão regulador – Banco Central do Brasil (BACEN) sobre a atual avaliação do risco de perda que impulsionou o incremento de provisão em dezembro de 2017. Ademais, ressaltamos que não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

Estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros.

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. Desde o exercício de 2008 esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

a. Ativos de longa duração

1. Títulos e Valores Mobiliários

Os Títulos e Valores Mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis em carteira em:

- Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzido dos efeitos tributários;
- Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. O registro dos “Títulos Mantidos até o Vencimento” em Circulante e Não Circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido “Ajustes de avaliação patrimonial”.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os rendimentos dos títulos, calculados “*pró-rata die*” com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, são apropriados ao resultado do período, independentemente da categoria em que são classificados.

2. Instrumentos Financeiros e Derivativos

Os instrumentos financeiros e derivativos são registrados, na data da aquisição, de acordo com a intenção da Administração, levando-se em conta a finalidade de projeção contra riscos (hedge) ou não, conforme circular BCB nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002.

As operações com instrumentos financeiros efetuados em negociação associada à operação de captação de recursos, com o mesmo prazo de vencimento e com a mesma contraparte da operação associada, não são ajustadas a mercado, conforme circular BCB nº 3.150, de 11 de setembro de 2002. A Instituição não operou com derivativos no exercício.

3. Relações Interfinanceiras

Os créditos junto ao FCVS, decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, são registrados pelo valor nominal atualizado pelos rendimentos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas por negativa total ou parcial dos créditos por parte do FCVS. Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.



4. Operações de Crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas com taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia em rendas a apropriar e as operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos, observado que, se vencidas há mais de 59 dias, as rendas somente são reconhecidas se efetivamente recebidas.

Reconhecimento de ativos fiscais diferidos

A Companhia registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, valores oriundos exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995.

Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

b. Vida útil de ativo não circulante

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

O Imobilizado de uso corresponde a direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

O ativo imobilizado da Companhia é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10% ao ano; sistemas de transporte - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - 20% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Administração da Companhia entende serem essas taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma



confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente na demonstração do resultado quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram mudanças significativas na vida útil dos bens registrados no ativo imobilizado da Companhia.

O intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados a manutenção da Companhia ou exercido com essa finalidade, de acordo a Resolução CMN nº 4534, de 24 de novembro de 2016. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

O Banpará patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração até fevereiro/2020 foi efetuada pela CAFBEP - Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banpará, entidade fechada de previdência privada e a partir da Transferência de Gerenciamento de Gestão, ocorrida em 28/02/2020, a administração é efetuada pela ICATUFMP – ICATU Fundo Multipatrocinado.

- Plano de Contribuição Definida (CD) – plano de benefício programado, com vistas a proporcionar renda temporária, por meio da formação de poupanças individuais realizadas por meios mensais do Banpará e de cada participante. Destinado também a assegurar pecúlio por morte e por invalidez do participante o plano assegura ainda benefícios de risco, na forma de benefício definido.
- Os benefícios são estruturados em quotas, sendo reajustados pela variação da quota patrimonial, o que impede a ocorrência de insuficiências financeiras, além de serem concedidos como rendas temporárias, eliminando o risco de sobrevivência. Desta maneira, o risco atuarial inerente ao plano está concentrado apenas no benefício a conceder para o qual está previsto, nos casos de invalidez e morte, aporte de contribuições que complementar o saldo da conta do participante objetivando a concessão desses dois benefícios de risco.



Reconhecimento de ativos fiscais diferidos

A Companhia registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, valores oriundos exclusivamente sobre diferenças temporárias provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995.

Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

6.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet itens*) tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

Os diretores declaram que em 2020 não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

Os diretores declaram que em 2020 não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

Os diretores declaram que em 2020 não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

iv. Contratos de construção não terminada.

Os diretores declaram que em 2020 não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Os diretores declaram que em 2020 não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Todos os itens considerados relevantes foram evidenciados nas demonstrações financeiras do Banpará, não havendo, portanto, itens relevantes a serem apresentados.

6.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 6.6, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Como informado no item 6.6 deste comentário, não existem itens relevantes a serem apresentados e, como consequência, não há o que se comentar.

b. Natureza e o propósito da operação.

Como informado no item 6.6 deste comentário, não existem itens relevantes a serem apresentados e, como consequência, não há o que se comentar.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Como informado no item 6.6 deste comentário, não existem itens relevantes a serem apresentados e, como consequência, não há o que se comentar.

6.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

O Banpará tem o objetivo de estar presente em todos os municípios paraenses, auxiliando no desenvolvimento do Estado, fomentando a economia e possibilitando a bancarização da população paraense, inaugurando, ao longo de 2020, sete novas unidades, sendo seis agências e um posto de atendimento, todos em municípios até então ainda não cobertos pelo Banpará, a saber: Bannach; Cumaru do Norte; Nova Ipixuna; Pacajá; Piçarra; Rurópolis e Ulianópolis.

Com o desenvolvimento da ação supracitada, o Banpará finalizou o ano de 2020 atuando em 113 municípios distribuídos pelas regiões de integração onde residem cerca de 92% da população paraense.

Em paralelo a referida expansão, a Companhia ampliou seu portfólio de produtos e serviços buscando continuamente elevar a satisfação dos clientes, com os seguintes lançamentos:

- **Cartão Múltiplo Banpará:** meio de pagamento com a função débito e crédito, em parceria com a reconhecida melhor bandeira de cartão de crédito internacional e líder em quantidade e qualidade das transações no mercado Brasileiro, com mais de 42,5% de *market Share* em número de transações na função débito e 58,17% na função crédito. Com isso, torna-se praticamente impossível encontrar um estabelecimento comercial, seja ele físico ou virtual, que não aceite nossa nova bandeira.



- **APP Banpará Consignado:** Aplicativo que disponibiliza ao Cliente Banpará, na palma da mão, as funcionalidades de contratação e renovação do empréstimo consignado com a possibilidade de adesão ao seguro prestamista. Disponível para funcionários de órgãos e empresas que possuam consignado automático com o Banpará.

- **Financiamento de IPVA:** produto destinado para pagamento exclusivo do Licenciamento Anual (Taxa de licenciamento Anual + Serviços + Serviços Bancários + Serviços do Correio + Seguro DPVAT + IPVA + Multas de Infrações), caso estas componham o total do boleto Bancário, atrelado ao código de barras.

PIX: novo sistema de pagamentos instantâneos criado pelo Banco Central do Brasil. Sua proposta é ser um meio de pagamento mais seguro, competitivo e rápido. Dentre suas várias funcionalidades, permite fazer transferências e pagamentos em até dez segundos, sendo que essas transações podem acontecer 24 horas por dia, em todos os dias do ano, inclusive nos finais de semana e feriados. Já é possível, nesta plataforma, realizar transferências digitando apenas o CPF/CNPJ ou o celular da pessoa que vai receber o valor, assim como, também, o e-mail ou mesmo uma chave aleatória, eliminando a necessidade de digitar todos os dados da conta. Com o PIX, também já é possível fazer pagamentos em tempo real a lojas, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais, além de quitar contas de consumo e recolher impostos.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos.

Recursos Próprios e de Terceiros.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

MARCAS REGISTRADAS	VIGÊNCIA
Banpará	11/01/2031
Bio	13/09/2021
Cont@net	31/03/2025
Banparanet	13/03/2022
RC – Rede de Compras	11/10/2021
Poupança Banpará	29/12/2029
Banpará Vai a Praia	22/12/2029
BCard	20/02/2028
Holograma Muiraquitã	13/09/2026
Banpará Empodera	08/09/2030



c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.

Há pesquisas de mercado em andamento visando identificar tendências de novos produtos e serviços, mas até o momento não foram divulgadas.

ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Todas as pesquisas de mercado realizadas para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços até o momento não geraram custos para a Companhia.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados.

Não há divulgação de projetos em fase inicial. No modelo atual, o processo de divulgação de *Marketing* Interno e Externo inicia próximo ao lançamento/implantação do projeto.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

O montante foi de R\$5.923.630,82 (cinco milhões, novecentos e vinte e três mil, seiscentos e trinta reais e oitenta e dois centavos).

6.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todos os fatos considerados relevantes ou que merecessem destaque foram anteriormente elencados e comentados.

7. Estrutura de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos

O Banpará objetivando a busca constante pelo aprimoramento do gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital, contempla em sua estrutura sistemas, rotinas procedimentos e políticas, que possibilitam a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos.

Os apetites por riscos, assim como as Políticas, são revisados no mínimo anualmente, visando o alinhamento às estratégias, aos fatores macroeconômicos, ao ambiente de negócios e à capacidade da Instituição na assunção de riscos.

Regularmente são realizados treinamentos, apresentações e divulgação de relatórios de riscos que estimulam o envolvimento direto dos gestores com os riscos envolvidos no processo de cada área.



O Conselho de Administração, Comitês Estatutários, Diretor-Presidente e Diretoria Colegiada realizam o acompanhamento das ações, de forma a garantir que a disseminação da cultura de riscos seja efetiva e contínua.

8. Fatores de Risco

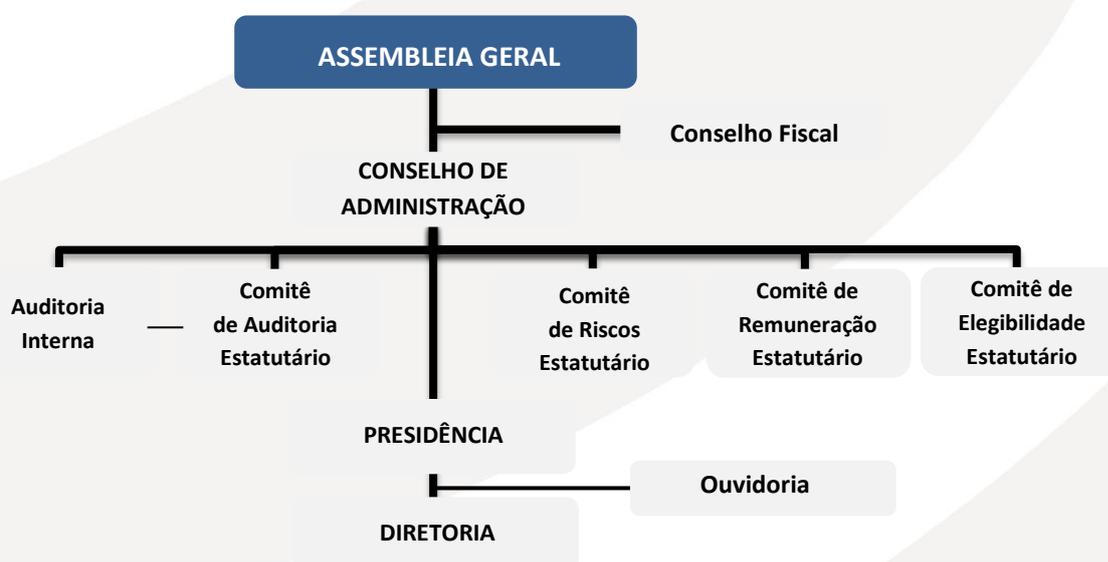
A Superintendência de Gestão de Risco Financeiro do Banpará é responsável por identificar as classes de ativos e passivos, operações individuais e fatores de risco que estão proporcionalmente colaborando com o maior impacto sobre a parcela de requerimento de capital para o risco de mercado. As ferramentas e parâmetros associados à otimização da relação risco versus retorno, levam em consideração, dentre outros fatores, a análise da diversificação por fator de risco e limites máximos de exposição. A concentração por fator de risco é reportada aos Órgãos de Governança nos relatórios gerenciais mensais e extraordinários.

9. Políticas e Práticas de Governança Corporativa

O Banco do Estado do Pará S/A tem como objetivo consolidar os princípios e práticas de Governança Corporativa, descrevendo de forma transparente o funcionamento da estrutura organizacional existente para tomada de decisão na proteção dos interesses dos acionistas, da Companhia e do mercado, considerando o disposto no Estatuto Social da Companhia, na Lei nº 13.303/2016 e o no Código Brasileiro de Governança Corporativa, bem como na Missão, Visão e Valores do Banpará.

O Banpará adota como referência o Código de Governança Corporativa do IBGC, procurando se pautar e seguir, no que lhe couber, os princípios, fundamentos e práticas recomendadas nos referidos códigos, obtendo o compromisso contínuo em admitir as melhores práticas de governança corporativa, alinhando suas estratégias e políticas aos pilares básicos da boa governança corporativa, que são: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Dessa forma, a Companhia observa e adota as melhores práticas na estrutura de governança, conforme abaixo:





Assembleia Geral: órgão superior de deliberação, tendo poder de deliberar sobre todos os negócios de interesse da instituição.

Conselho Fiscal: órgão que atua na fiscalização e controle da Administração, responsável por fiscalizar os atos dos administradores e revisar os balanços e demonstrações financeiras, reportando seus relatórios aos acionistas. Consoante a legislação societária brasileira.

Conselho de Administração: órgão que fixa a orientação geral dos negócios, estabelecendo políticas e diretrizes gerais da instituição, atuando com independência e de forma técnica.

A Companhia atualmente dispõe de 04 Comitês de Assessoramento, que auxiliam diretamente o Conselho de Administração, denominados: Comitê de Auditoria Estatutário; Comitê de Elegibilidade Estatutário; Comitê de Remuneração Estatutário e Comitê de Riscos Estatutário. Cada Comitê possui seu Regimento Interno que estabelece regras e procedimentos relativos ao funcionamento.

Comitê de Auditoria Estatutário: órgão responsável por assessorar o Conselho de Administração, com o objetivo de supervisionar as atividades da auditoria independente, da auditoria interna e os processos de controles internos e de gestão de riscos e *compliance*.

Comitê de Elegibilidade Estatutário: órgão responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é analisar a indicação dos membros da Administração e do Conselho Fiscal de acordo com as orientações e disposições contidas na Política de Indicação e Sucessão do Banpará.

Comitê Remuneração Estatutário: órgão responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é fixar a remuneração dos administradores em consonância com as legislações vigentes e as melhores práticas de governança instituídas em âmbito nacional.

Comitê de Riscos Estatutário: órgão responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é assessorá-lo no desempenho de suas atribuições pertinentes à gestão e controle dos riscos e do gerenciamento de capital.

Diretoria Colegiada: responsável pela direção dos negócios e pela prática dos atos necessários à realização dos objetivos sociais, na conformidade da legislação em vigor e do Estatuto Social do Banpará.

Ouvidoria: exerce relevante papel como um canal de comunicação direta, atuando, inclusive, na mediação de conflitos e busca soluções para melhoria de seus processos no oferecimento de produtos e serviços, objetivando alcançar a excelência do atendimento.



Auditoria Independente: atua, com independência e de forma técnica, para apoiar a Administração em relação à integridade das demonstrações financeiras, revisão das informações trimestrais e auditoria dos controles internos.

Informações mais detalhadas acerca da Estrutura de Governança Corporativa do Banpará encontram-se disponíveis na seção 12 do Formulário de Referência, acessível no Site de Relações com Investidores do Banpará (<http://ri.banpara.b.br/>) e CVM (www.cvm.gov.br).

Aprimoramentos da Estrutura de Governança Corporativa

O Núcleo de Relações com Investidores e Governança Corporativa - NURIG, responsável por disseminar com transparência e acessibilidade informações sobre o Banpará para embasar *stakeholders*, comprometido com a divulgação das informações no Site de Relações com Investidores do Banpará, estabelece estratégias para consolidar e manter a imagem do Banpará no mercado de capitais, sempre reforçando o respeito aos princípios legais e éticos, atuando na gestão de secretaria e assessoramento como equipe de apoio aos agentes de governança no cumprimento de seus deveres e responsabilidades.

O Banpará comprometido com as boas práticas de mercado e o aprimoramento da estrutura de governança corporativa da Instituição, realizou no ano de 2020 as atualizações dos documentos que regulamentam a estrutura de Governança, de acordo com os normativos internos do Banpará que coadunam com o Código de Boas Práticas, sendo revisados os seguintes documentos da Instituição: (i) Estatuto Social da Companhia; (ii) Regimentos Internos dos órgãos de governança da Companhia; (iii) Política de Transações com Partes Relacionadas, (iv) Política Institucional de Contribuições e Doações, (v) Política de Pagamento de Dividendos, (vi) Política de Contratação de Auditoria Independente, (vii) Política de Governança Corporativa, (viii) Política de Indicação e Sucessão e (ix) Política de Remuneração.

O Código de Ética e Conduta Institucional, aprovado pelo Conselho de Administração, tem como objetivo reforçar o compromisso da Instituição e de todos os seus colaboradores em realizar seus negócios de forma ética, íntegra e transparente, para além de alcançar os seus objetivos de forma responsável ajudar a construir uma sociedade mais justa.

A Ouvidoria do Banpará, tem o compromisso de melhor atender os clientes e usuários dos produtos e serviços ofertados pela Companhia, no recebimento e na condução das demandas de segunda instância, atendendo as demandas não resolvidas pelas unidades de atendimento e pelos canais alternativos. Elabora semestralmente relatórios com informações que visam dar mais transparência às ações da Companhia, buscando ampliar o acesso dos clientes e usuários aos serviços prestados pelos canais de atendimento, bem como o constante aprimoramento de estratégias e processos de trabalho.

O Conselho de Administração do Banpará eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 14/04/2020, participou do Programa de Integração do Banpará, a fim de melhor entendimento da estrutura administrativa e dos negócios e práticas de governança corporativa do Banpará, na oportunidade foi entregue um kit contendo documentos societários e estratégicos tais como:



Estatuto Social, Código de Conduta e Ética, Formulário de Referência, Planejamento Estratégico, Relatório Anual e de Sustentabilidade, Regimentos Internos, Calendários das Reuniões, Políticas internas e Normativos pertinentes, bem como outros documentos públicos disponíveis que lhe permitam tomar contato com as atividades e obter informações sobre a Companhia e, ainda disponibilizar acesso ao e-mail institucional (conforme aplicáveis) de forma a garantir o acesso às atas de reuniões e materiais de suporte.

O Conselho de Administração e a Diretoria Colegiada do Banpará realizou treinamento de qualificação no Instituto IBGC - *In Company* | Banpará: Aprimoramento em Governança e Mercado de Capitais para Administradores de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, a fim de reciclar e aprimorar conhecimentos. O nível de reporte ao Conselho de Administração foi aperfeiçoado e acontece trimestralmente com o Comitê de Risco Estatutário e Comitê de Auditoria Estatutário. O Comitê de Auditoria Estatutário intensificou a análise dos balanços da Companhia, acompanhado mensalmente.

A estratégia de atuação da Auditoria Interna do Banpará é estabelecida a partir da elaboração do Plano de Auditoria Interna (PAINT), que abarca planejamento para o triênio, é apreciado e aprovado pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pelo Conselho de Administração e pode ser revisado a qualquer tempo, visando adaptar-se às mudanças de cenário e acompanhar a velocidade dos riscos. A Auditoria Interna, no intuito de assegurar a cobertura dos principais riscos, busca aprimorar constantemente o seu processo de planejamento, para que este se torne cada vez mais dinâmico, participativo e integrado, alinhando expectativas, desenvolvendo capacidades, fornecendo qualidade, gerando e protegendo valor organizacional.

Os documentos de Governança Corporativa estão acessíveis no Site de Relações com Investidores do Banpará (<http://ri.banpara.b.br/>).

10. Descrição da Composição e da Remuneração da Administração e do Conselho Fiscal

A Política de Remuneração dos Administradores tem por objetivo tratar das normas, diretrizes e forma de pagamento de remuneração fixa e variável aos Diretores Estatutários e aos membros do Conselho de Administração do Banpará, promovendo a análise e pesquisa de mercado para aplicação de remuneração compatível com a estratégia global de gestão de riscos, de modo a não incentivar a exposição da instituição a riscos acima dos níveis considerados prudentes a curto, médio e longo prazo, de acordo com a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2010, a qual dispõe sobre a remuneração de administradores de instituições financeiras.

Conforme previsto no Estatuto Social do Banpará, em seu art. 20, a remuneração e demais benefícios dos integrantes dos órgãos de Administração, do Conselho Fiscal, bem como a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos Estatutário é fixada anualmente pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais. Os valores são definidos com base em pesquisa de mercado, equilíbrio interno, responsabilidade, entre outros fatores.

A remuneração visa à recompensa pelo exercício das responsabilidades previstas nas atribuições de cada membro, de forma justa e compatível com o mercado local.



- **Conselho de Administração:** a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi fixada em Assembleia Geral em 20% do valor da remuneração bruta paga ao Diretor-Presidente, conforme deliberação realizada na A.G.E. de 12/04/2018;

- **Conselho Fiscal:** a remuneração dos membros do Conselho Fiscal foi fixada em Assembleia Geral em 20% do valor da remuneração bruta paga ao Diretor-Presidente;

- **Diretoria Colegiada (Diretor-Presidente e Diretores):** recebem remuneração composta das seguintes parcelas:

a) remuneração fixa mensal, denominada “honorários”, fixada em Assembleia Geral dos Acionistas igual à de Secretário de Estado;

b) apenas os Diretores empregados recebem parcela fixa, a título de anuênio, apurada a razão de R\$ 107,38 a partir da vigência do ACT 2020/2022.

c) A metodologia de cálculo e reajuste da Diretoria está atrelada aos vencimentos de Secretário de Estado, sofrendo reajuste somente por ocasião da alteração do paradigma.

d) Os membros da Diretoria fazem jus à participação nos lucros da instituição (PL), definidos anualmente pela Assembleia Geral em até 1% do lucro líquido, limitada a percepção dessa vantagem ao valor de 02 remunerações brutas mensais, por ano, atendidas as normas legais a respeito e observado como critério de cálculo a forma *pro rata*, relativamente aos meses do ano, na base 1/12 por mês no exercício do cargo ou fração igual ou superior a 15 dias.

- **Comitês:** Os integrantes dos Comitês Estatutários que são membros externos recebem 20% do valor da remuneração bruta paga ao Diretor-Presidente da Instituição, já os membros que são funcionários da Companhia não recebem remuneração.

O Banpará ainda não possui remuneração variável a alta Administração, atrelada a metas e indicadores de desempenho a serem atingidas no exercício. A remuneração total engloba remuneração fixa, remuneração variável e benefícios.

Mais informações acerca da política e remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Colegiada, Conselho Fiscal e Comitês de assessoramento estatutários do Banpará podem ser consultadas na seção 13 do Formulário de Referência e na Política de Remuneração dos Administradores, publicados no endereço eletrônico (<http://ri.banpara.b.br/>).



11. Conclusão

O Conselho de Administração do Banco do Estado do Pará S/A declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2020, em conformidade com os incisos I, III e VIII do art. 8 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Belém, 14 de abril de 2021.

Braselino Carlos Assunção Sousa da Silva
Membro

Roberto Meira de Almeida Barreto
Membro

Tereza Delta dos S. S. De Castro
Membro

Ruth Pimentel Mello
Membro

Brian Bechara Ferreira da Silva
Membro

Adilson Freitas Dias
Membro

Aláudio de Oliveira Mello Júnior
Presidente do CONSAD